

**MULHER TRANSEXUAL NO DISCURSO CISGÊNERO: DIREITO À IGUALDADE
E ACESSO À PRÁTICA DE NÃO DISCRIMINAÇÃO**

**MUJER TRANSEXUAL EN EL DISCURSO CISGENO: DERECHO A LA
IGUALDAD Y ACCESO A LA PRÁCTICA DE NO DISCRIMINACIÓN**

**TRANSEXUAL WOMEN IN CISGENUM SPEECH: RIGHT TO EQUALITY AND
ACCESS TO THE NON-DISCRIMINATION PRACTICE**

Recebido em: 30/11/20

Aceito em: 31/12/2020

Leize Ruama Sena Cunha Lima¹

Jenny Oliveira²

Isadora Cavalcanti Moreira³

Resumo: A liberdade de escolha da identidade de gênero bem como a convicção da/o individua/o a respeito do sexo ao qual acredita pertencer deve ser respeitada e inserida no meio social, promovendo-se, assim, a igualdade. Na relação entre sexo, gênero e sexualidade percebe-se que a diferença sexual se restringe a uma noção de uma matriz binária compulsória. Levando-se em consideração tais identificações, é proposto aqui a Análise do Discurso Crítica como uma abordagem epistemológica para entender a sexualidade no discurso socialmente construído e gênero como categoria. Acerca disso, a ADC compreende um modelo teórico-metodológico, associada a uma abordagem qualitativa, exploratória, utilizando-se do exame documental e valendo-se do raciocínio hipotético dedutivo, para investigar o posicionamento social da mulher trans na perspectiva da pessoa cis. A pesquisa objetivou analisar a fala de um artista durante a apresentação on-line que realizou no dia 08 de agosto de 2020, reforçando o posicionamento social da mulher trans nas narrativas cis, em contraponto a promoção da igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação. Ao definir mulher trans no olhar cisgênero, se percebe o posicionamento hierarquizante que não reconhece o direito a igualdade, mas promovendo discriminação.

Palavras-chave: Transexual; Cisgêneros Normativos; Enquadramento Social; Discurso; Igualdade;

Resumen: La libertad de elegir la identidad de género, así como la convicción del individuo sobre el sexo al que cree pertenecer, debe ser respetada e insertada en el entorno social, promoviendo así la igualdad. En la relación entre sexo, género y sexualidad, está claro la diferencia sexual se restringe a una noción de matriz binaria obligatoria. Teniendo en cuenta

¹ Graduanda em Direito na AGES – Tucano/BA, ruama.scl@gmail.com

² Pós Graduanda em Cosmetologia Clínica Aplicada a Disfunções Estéticas e Dermatológicas na Uninove - Universidade Nove de Julho, jennys.fo39@gmail.com

³ Advogada, pós-graduada em Processo Civil pela FACAPE e Mestranda em Psicologia Social na UNIVASF, isadoramoreiraadv@gmail.com

tales identificaciones, el Análisis Crítico del Discurso se propone aquí como un enfoque epistemológico para entender la sexualidad en el discurso construido socialmente y el género como categoría. Sobre esto, la ADC comprende un modelo teórico-metodológico, asociado a un abordaje cualitativo, exploratorio, mediante examen documental y utilizando razonamientos hipotéticos deductivos, para indagar en la posición social de las mujeres trans en la perspectiva de la persona cis. La investigación tuvo como objetivo analizar el discurso de un artista durante la presentación online realizó el 8 de agosto de 2020, reforzando la posición social de las mujeres trans en las narrativas cis, en contraposición a promover la igualdad y la libertad en todos los sentidos. discriminación. Al definir a las mujeres trans en la visión cisgénero, se percibe el posicionamiento jerárquico no reconoce el derecho a la igualdad, pero promueve la discriminación.

Palabras-chaves: Transexual; Cisgéneros normativos; Trasfondo social; Habla; Igualdad;

Abstract: The freedom to choose gender identity as well as the individual's conviction regarding the sex to which he / she believes he / she belongs must be respected and inserted in the social environment, thus promoting equality. In the relationship between sex, gender and sexuality, it is clear that sexual difference is restricted to a notion of a compulsory binary matrix. Taking such identifications into consideration, Critical Discourse Analysis is proposed here as an epistemological approach to understand sexuality in socially constructed discourse and gender as a category. About this, the ADC comprises a theoretical-methodological model, associated with a qualitative, exploratory approach, using documentary examination and using hypothetical deductive reasoning, to investigate the social position of trans women in the perspective of the cis person. The research aimed to analyze the speech of an artist during the online presentation he held on August 8, 2020, reinforcing the social position of trans women in cis narratives, in contrast to promoting equality and being free in all ways discrimination. When defining trans women in the cisgender view, the hierarchical positioning that does not recognize the right to equality, but promoting discrimination, is perceived.

Keyword: Transsexual; Normative cisgendes; Social Background; Speech; Equality;

INTRODUÇÃO

Para entender a transexualidade e o discurso cisgênero é necessário entender os conceitos de gênero, sexo e orientação sexual ou sexualidade. A palavra sexo “é utilizada para referir-se à distinção entre homens e mulheres, com base em características orgânico-biológicas, baseadas em cromossomos, genitais e órgãos reprodutivos”, gênero é a identificação de masculino e feminino (BARROSO, 2020, p. 25) e sexualidade elaboração social relacionada a escolha sexual de cada indivíduo (LOURO, 2003). Além disso, cisgênero seria a pessoa enquadrada como a que se identifica com o gênero que lhe foi atribuído biologicamente ao nascer, e a transgênero a que não se identifica (JESUS, 2012). Assim, o transgênero não é enquadrado na dicotomia de gênero considerada padrão, e essa exclusão influi no direito à igualdade e estar livre de todas as formas de discriminação da mulher trans.

Outro conceito que deve ser compreendido é o do discurso. O discurso é uma prática social, e não uma manifestação individual, um processo dialético produto de experiência socialmente constituída: “o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (FAIRCLOUCH, 2001, p. 91). De tal modo, a análise do discurso aqui proposta é uma possibilidade de identificar as pessoas trans nas relações sociais.

Nesses termos, advém a indagação: como as definições de mulher trans nos discursos cisgênero promove o “posicionamento” social e contribui para a promoção da igualdade desses sujeitos? A partir desse questionamento, a pesquisa objetiva analisar o posicionamento social da mulher trans nas narrativas cis, especificamente na fala de um artista sertanejo de alcance nacional, durante a *live* que realizou no dia 08 de agosto de 2020, na qual o artista comenta sobre relacionamento de um de seus músicos com uma mulher transexual. Em razão da necessidade de não-identificação do artista, ao longo da análise do discurso o nome do artista sertanejo foi substituído pelo codinome Artista 1 e dos componentes da equipe, por Banda. Assim, a presente análise do discurso tem por finalidade investigar o posicionamento social da mulher trans, configurando o principal objetivo a compreensão de como as definições de mulher trans causa posicionamento social na perspectiva da pessoa cis, em relação à promoção da igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação.

Partindo do objetivo geral, analisando o discurso produzido pelo indivíduo cisgênero numa sociedade, advém na pesquisa os seguintes objetivos específicos: mapear as definições de gênero para mulher trans em textos produzidos por pessoas cisgênero, estabelecer as diferenças conceituais entre pessoas cisgênero e transgênero, discutir o conceito de posicionamento social e discutir como as definições de mulher trans na perspectiva cis promove o posicionamento social.

O delineamento metodológico que foi utilizado no presente estudo foi a abordagem qualitativa, exploratória, utilizando-se do exame documental e valendo-se do raciocínio hipotético dedutivo associado a Análise do Discurso Crítica (ADC). Embasada na compreensão de Creswell (2007), a pesquisa se classifica como qualitativa, buscando explorar a singularidade do fenômeno de como as significações estão sendo construídas pela mulher cisgênero sobre a mulher trans. Em relação ao propósito é exploratória, afim de identificar os direitos à igualdade e às formas de não discriminação da mulher trans. No tocante ao procedimento, a pesquisa é documental embasada no acervo teórico para definições de mulher trans e cis, bem como, na transcrição da fala do artista sertanejo de alcance nacional significativo que realizou falas que trata de transfobia. Por fim, a abordagem metodológica é a hipotético-dedutivo que se refere a

uma construção de proposições, as quais devem ser submetidas a testes para então observar quais hipóteses são suficientes constatadas, como o direito a igualdade, para compreender esse direito nas relações sociais da transexual. (LAKATOS; MARCONI, 2003); associada a lente metodológica da Análise do Discurso Crítica (ADC), a qual visa considerar além do aspecto lexical, como o sexo feminino é definido pelo cisgênero a partir de um posicionamento social, isto é, como o discurso traduz um tipo de comunicação nas dimensões da estrutura social que moldam e restringem as relações, identidades e instituições que lhe são implícitas (RAMALHO; RESENDE, 2011).

Diante do que foi proposto, o presente trabalho é dividido com a apresentação de conceitos de gênero, orientação sexual, sexo, igualdade e não discriminação, posicionamento social e análise do discurso, como será aprofundado a seguir.

SEXO, GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

Para melhor compreensão do que é a transexualidade, se faz necessário entender a diferenciação entre sexo, gênero e orientação sexual. Na obra intitulada Diversidade do STF o ministro Barroso traz de forma objetiva os conceitos, sendo sexo “ utilizada para referir-se à distinção entre homens e mulheres, com base em características orgânico-biológicas, baseadas em cromossomos, genitais e órgãos reprodutivos”, gênero o “autoconceito que o indivíduo faz de si mesmo como masculino ou feminino” e orientação sexual “refere-se à atração afetiva e emocional de um indivíduo por determinado gênero” (BARROSO, 2020, p. 25).

De forma mais específica, Jaqueline Gomes Jesus (2012) afirma que o sexo é biológico e o gênero é social, construído pelas diferentes culturas. Assim, para ela todas as pessoas podem ser enquadradas como cisgênero ou transgênero, sendo a primeira as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído quando ao nascimento e a segunda as que não se identificam com o gênero que lhes foi determinado.

A partir do momento que se vislumbra a diferença entre gênero e orientação sexual, é possível compreender que uma pessoa trans e uma pessoa cis podem ser bissexual, heterossexual ou homossexual, havendo a separação entre o gênero que se reconhece e o gênero ao qual se atrai afetivossexualmente.

Dessa forma, o autor compreende o gênero como uma “construção social e histórica produzida sobre as características biológicas” (LOURO, 2003, p. 6), e a partir disso os gêneros diferem não apenas entre a sociedade ou momento históricos, mas no interior de uma dada sociedade, ao considerar os diversos grupos. Assim, a autora entende o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos.

Firmino e Porchat (2017), analisando a perspectiva de Butler trazem no texto que a autora tem a concepção que o conceito de gênero foi forjado ao determinismo biológico, e essa determinação de homem ou mulher no momento do nascimento serve à naturalização da desigualdade entre homens e mulheres, pois, ao naturalizar o poder, é ocultado como seus mecanismos operam ou a possibilidade de contestação. Ainda, Firmino e Porchat trazem que, Butler argumenta que “não há como recorrer a um corpo que já não tenha sido sempre interpretado por meio de significados culturais”. Assim, nas preposições citadas das concepções de Butler, os autores levam a refletir a razão política para se afirmar que o gênero e o sexo como substância/essência levam a ideia da heterossexualidade como a única forma viável de existência (FIRMINO, PORCHAT, 2017).

Ainda existe a crença de que o “natural” é que o gênero atribuído ao nascimento seja o que a pessoa se identifica (JESUS, 2012) e por esse motivo a população transgênero ou trans é estigmatizada, marginalizada e perseguida, o que fere o direito de igualdade e não discriminação. Um exemplo de como a comunidade transexual é tratada é o fato trazido por Ana de Mello Côrtes (2019) de que a mesma consta em documentos oficiais para diagnóstico como o Manual de Diagnóstico de Doenças Mentais (DSM) e a Classificação Internacional de Doenças (CID), e embora no DSM-V tenha sido alterado a classificação de “transtorno de identidade de gênero” para “disforia de gênero”, mas só por constar no manual já é uma patologização.

Figueiredo trazendo conceitos de Judith Butler, faz referência a teoria Queer, que sinaliza o caráter construído de todas as identidades, incluindo assim as pessoas transexuais e intersexuais, demonstrando que como afirmado por Butler a identidade é “performativamente produzido e imposto pelas práticas reguladoras da coerência de gênero” (BUTLER, 2010, apud FIGUEIREDO, 2018, p. 5). Assim, o gênero é construído e o sujeito está sempre em processo, se construindo no discurso pelos atos que executa (ROCHA, 2014).

O Conselho Federal de medicina e o ministério de Saúde determinam que somente tem acesso ao processo transexualizador o indivíduo que passar por acompanhamento mínimo de dois anos por equipe composta por médico cirurgião, psiquiatra, endocrinologista, psicólogo e assistente social (ROCON et al, 2020). A necessidade de pareceres e laudos médicos para ter acompanhamento com especialista no processo de hormonização, faz com que muitos indivíduos façam sem acompanhamento e tenham problemas de saúde.

Assim, como trazido por Tuanny Soeiro Sousa (2019), a transexualidade é uma experiência identitária que desafia as regulações binárias do Estado, sendo os sujeitos que ao nascer são designadas como possuidoras de determinado sexo, mas se reconhecem como

pertencentes a outro gênero. E o Estado não tem protegido essa população, segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais – ANTRA, o Brasil continua sendo o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, passando para o ranking de 68º em 2019 no ranking de países seguros para a população LGBTI+. E mesmo diante da cobrança por parte dos movimentos sociais, não houve até o momento nenhum apoio à população LGBTI+ para o enfrentamento da pandemia.

Apesar de todos os problemas que ainda são vivenciados pela comunidade trans, muitas são as conquistas já alcançadas, como a utilização do nome social em boletins de ocorrência e dentro de estabelecimentos escolares, a alteração do nome e gênero no assento de registro civil mesmo sem a realização de procedimento cirúrgico, as pessoas trans podem mudar o nome e gênero em suas certidões de nascimento e casamento diretamente nos cartórios e houve a alteração no Manual de Diagnóstico de Doenças Mentais (DSM) de “transtorno de identidade de gênero” para a atual “disforia de gênero”.

IGUALDADE E NÃO-DISCRIMINAÇÃO

A igualdade é um direito fundamental que está previsto no preâmbulo, no artigo 3º, inciso III e IV e 5º da Constituição Federal, estando então expresso que o Estado Democrático deve assegurar a igualdade e justiça, constitui como objetivo fundamental da República Federativa do Brasil “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais” e que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Porém, mesmo estando expresso em tantos dispositivos não é efetivado em relação a todos os grupos, a exemplo da comunidade transexual.

A comunidade trans não tem acesso à educação adequada quando não tem respeitada sua identidade e nome social, e por isso desiste da escola, não tem acesso a saúde quando para ter acesso a hormonização precisa de laudos e pareceres de equipe médica que o deve acompanhar por no mínimo 02 anos e não tem acesso a direitos civis, quando não tem acesso a modificação de nome e gênero nos cartórios sem a mudança do sexo biológico. Entre tantos outros direitos que são restringidos, resta evidente que a comunidade transexual não tem acesso a igualdade e não-discriminação, quando sofre discriminações a todo momento.

Importante destacar que a discriminação nem sempre ocorre de forma óbvia e verbal, podendo ocorrer no campo do não dito, quando por exemplo o indivíduo é tratado de forma diferente dos demais, quando todos os seus atos são vinculados a condição de gênero e

orientação sexual, e outras diversas condutas e posicionamentos, que são identificados nas relações de gênero e poder vivenciados nos grupos marginalizados, a exemplo das questões envolvendo mulheres, de classe e raça.

O fato de a transexualidade estar enquadrada no Manual de Diagnóstico de Doenças Mentais – DSM e Classificação Internacional de Doenças-CID, como já explanado, explicita a discriminação na modalidade direta, teoricamente vedada pelo nosso ordenamento jurídico presente no artigo 3º, inciso IV da Constituição Federal. E como trazido por Cortês (2019), na modalidade direta de discriminação as manifestações principais são:

A discriminação explícita (presente no texto legislativo ou diretamente decorrente dele), a discriminação na aplicação do direito (independente da intenção do legislador, medidas são aplicadas de forma discriminatória) e a discriminação na concepção (exigências aparentemente neutras criadas para discriminar determinado indivíduo ou grupo). (CORTÊS, 2019, p. 23).

Identificamos a discriminação explícita quando há a patologização da transexualidade, a discriminação na aplicação do direito quando para ter acesso a saúde no tratamento de hormonização a pessoa trans tem que passar por acompanhamento de no mínimo 02 anos por uma equipe médica completa e a discriminação na concepção quando as pessoas trans não são reconhecidas no gênero que se identificam.

LINGUAGEM E PRÁTICA SOCIAL: ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

DISPOSIÇÕES TEÓRICAS ACERCA DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO

Ao fixar o campo teórico da Análise Crítica do Discurso, como embasamento para reflexões abordando as relações de poder, luta hegemônica e ideologias no discurso, de imediato desconsidera a livre interpretação do preconceito diante dos discursos contra a comunidade LGBTI+, antes tem a objetividade em compreender o discurso implícito no comentário do artista sertanejo, a partir do processo teórico-metodológico, um dado que traduz fenômenos precedente à fala, isto é, qual evento social o discurso visa apresentar.

Segundo o entendimento do teórico Norman Fairclough (2001) o discurso não é a fala, e sim um fenômeno, “ao usar o termo discurso, proponho considerar o uso da linguagem como forma de prática social, e não como atividade puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 90). Nestes termos, o discurso é uma prática social, e não uma manifestação individual, uma possibilidade de ação e de representação.

Diante do processo dialético há um produto da estrutura social, assim como também é a condição para que a estrutura social aconteça. Este evento discursivo, seja uma fala, um texto, um vídeo (como no caso em análise) ou uma comunicação, é um evento socialmente

constitutivo, “o discurso é uma prática, não apenas uma representação do mundo, mas de significação do mundo, constituído e construído o mundo em significado”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 91)

As funções do discurso, em simples palavras, visam: identificar o sujeito enquanto representação social e posição; o modo como os sujeitos estão interagindo; e o sistema de conhecimento e crença em construção. Assim, o discurso é um produto de todas as experiências sociais e, por conseguinte, a análise do discurso é uma possibilidade de identificar as relações sociais e como elas estão se fortalecendo e alterando. Em sequência a esse raciocínio, segundo o entendimento de Norman Fairclough (2001), a Análise do Discurso Crítica se propõe a:

(...) discernir conexões entre a língua e outros elementos da vida social que estão normalmente encobertos. Entre eles: como a língua aparece em relações de poder dominação; como a língua opera ideologicamente; a negociação de identidades pessoais (sic) e sociais (continuamente problematizadas através de mudanças na vida social) em seu aspecto linguístico e semiótico. Em segundo lugar, ela é crítica no sentido de que está comprometida com mudanças sociais contínuas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230)

Utiliza-se da análise do discurso para entender como as identidades são constituídas socialmente, como as interações vão inviabilizando as relações de poder entre indivíduos, como as significações estão sendo construídas para viabilizar as relações de poder e posicionar os indivíduos, visto que as relações de poder não são automáticas. Assim sendo, a análise crítica do discurso tem por objetivo “mostrar maneiras não óbvias pelas quais a língua envolve-se em relações sociais de poder e dominação e em ideologias” (FAIRCLOUGH, 2001, p. 221)

As relações de poder atribuem determinadas identidades e a análise do discurso crítica pretende compreender como as relações de forças estão acontecendo, destacando as significações de objetos e crenças entre essas relações, apontando para o poder ou hegemonia. A linguagem tida “como forma de prática social e não como uma atividade puramente individual ou como reflexo de variáveis situacionais”. (FAIRCLOUGH, 2001, p. 190)

Nesse sentido, Ramalho e Resende (2011) coloca a análise do discurso como uma abordagem científica interdisciplinar que visa compreender a linguagem como meio de prática social. As autoras pontuam que o discurso é uma prática social pela maneira de se relacionar com o outro, envolvendo sistema linguístico, ordem do discurso e o texto. Sendo que o sistema linguístico é a estrutura; a ordem do discurso é a própria prática social; enquanto o texto é o evento.

O termo ‘discurso’ possui dois significados em ADC. Como substantivo mais abstrato, significa o momento irreduzível da prática social associado à linguagem; como substantivo mais concreto, significa um modo particular de representar nossa experiência no mundo. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 17)

Os modos como são operados o discurso, reproduz uma ideologia. Sobre esses modos de operação é que a análise do discurso tende a identificar aquilo que não aparece na superfície, entender dentro da fala algo invisível, ou seja, está implícito nos sentidos impressos nas palavras. “A ACD não pesquisa a linguagem como sistema semiótico, nem como textos isolados, mas, sim, o discurso como um momento de toda prática social”. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 14)

As formas de operação ideológica são, portanto, maneiras de moldar, impregnar de sentidos algo que antes não tinha aquele sentido. A partir disso, o discurso a ser analisado aqui será compreendido a partir de algumas estratégias típicas de construção do sentido. Como pontua a autora:

Os textos que analisamos nos oferecem “pistas” para a compreensão das práticas sociais investigadas. Como a relação entre o discurso e os demais momentos das práticas é de articulação e interiorização, por meio dos textos (produzidos em eventos discursivos situados) podemos compreender o funcionamento social dessas práticas. (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 23)

O diálogo que a ACD propõe é possível a partir dos modos gerais de operação e estratégias típicas de construção simbólica, embasada na classificação de Resende (2011): Legitimação, Dissimulação, Unificação, Fragmentação, Reificação, Intertextualidade, Interdiscursividade, Ideologia e Hegemonia.

A possibilidade de modalização, permite, portanto, identificar no discurso do artista como as pessoas transexuais são compreendidas, como o discurso está representando-as e, principalmente, como essa prática social esconde o processo de ideologia e hegemonia.

ANÁLISE DO DISCURSO CRÍTICA NO DISCURSO DE POSICIONAMENTO SOCIAL SOBRE RELACIONAMENTOS COM MULHERES TRANSEXUAIS

A Análise do Discurso Crítica (ADC) em curso se debruça sobre o texto abaixo transcrito, que diz respeito ao evento de um artista de grande repercussão nacional, que realizou uma apresentação de música na modalidade on-line, e em certo momento desta *live* narrou sobre um encontro casual de um dos integrantes da equipe. O exame aqui posto, substituirá o nome dos artistas pela referência Artista 1 e Banda, com a finalidade de preservar o sigilo das pessoas envolvidas.

O método ADC possuem uma série de categorias, sendo utilizada para esta análise a “categoria ordem do discurso”, por meio da articulação das subcategorias gênero, discurso e estilo. Além destas serão utilizadas a categoria interdiscursividade e como recurso complementar de análise os modos de operação ideológica na perspectiva de Thompson (2002).

1. Artista 1 – Tem um integrante nosso que tocava em um lugar.
2. Banda – Exatamente. Vixe.
3. Artista 1 – Oh quem é de Goiânia lembra da Boate Diesel, que tinha aqui em Goiânia.
4. Banda (Rindo) – Tô falando...
5. Artista 1 – E aí eu não vou falar quem é não. E nem vou falar o porquê. Só vou ficar calada. Quem lembra da Boate Diesel, lembra da Boate Diesel.
6. Banda (Riem) – Tô falando... O Henrique está querendo saber, mas não vai ficar sabendo não;
7. Artista 1 (Dando risadas) – Ele disse que lá foi o lugar que ele beijou a mulher mais linda da vida dele.
8. Banda (Riem) - Ê lasqueira! Vixe! Êêêêêê! Foi com os dois pés, Papai. Tome!
9. Artista 1 – É só isso pessoal, o contexto vocês não vão saber, né?
10. Banda (Rindo) – É pesado. Era mulher mesmo, porra!!!
11. Artista 1 – Vamos, solte o som.

Objetivando evidenciar como o uso da linguagem íntegra, procede e percorre processos sociais que sustentam as relações de poder, dominação ACD utiliza-se de recursos linguísticos para compreender a estrutura e a composição do discurso e de tal modo efetivar a análise. “Por meio da análise de gêneros, discursos e estilos em textos situados, é possível investigar relações entre aspectos discursivos e não discursivos de práticas sociais” (RESENDE; RAMALHO, 2016, p. 49). Assim sendo, nas falas transcritas acima, a ordem do discurso opera a partir das categorias de gênero, discurso e estilo.

É compreendido a ADC na vertente de Norman Fairclough (2001) que os discursos são representações do mundo que mostram o conhecimento socialmente constituído e partilhado. Em consequência disso, o discurso é o recurso utilizado nas relações sociais, podendo ser estabelecida de múltiplas formas.

Norman Fairclough (2001) propõe uma articulação entre gêneros, discursos e estilo, os quais são modos de agir, representar e identificar, respectivamente. Esse tripé (gêneros, discursos e estilos) está diretamente inter-relacionado e conectado o evento social a uma prática social específica.

Desse modo, a primeira categoria, gênero, nas palavras de Resende e Ramalho (2016, p. 51) é o “significado acional (relacionado) ao eixo do poder, ou seja, a relações de ação sobre os outros”. No evento em questão, a relação é estabelecida entre quem fala e sobre quem se fala. Quem fala são as pessoas cisgêneros, as quais estabelecem relação de ação sobre uma mulher trans e um homem heterossexual que se relaciona com ela.

Entre as linhas 1 e 11 é evidenciado a relação construída entre Artista 1 e Banda (pessoas cis), com a mulher transexual e um dos membros da banda cisgênero. A partir do evento transcrito, a ação é marcada pela ironia e pelo rebaixamento em todo o texto, como constam nas linhas 7 e 10. Essa inter-relação irônica e de rebaixamento, conduz ao modo de operação da ideologia de dissimulação, o qual, segundo Resende e Ramalho (2016), estabelece uma relação de dominação de modo oculto e obscurecido, evidenciada pela estratégia de construção simbólica do tropo e do deslocamento.

Essa relação de ação sobre o outro estabelecida na categoria gênero, ainda é possível perceber no texto que a Artista 1 e a Banda, fizeram isso em uma apresentação ao vivo para todo o Brasil, evidenciada na linha 11. Ao relacionar desse modo, houve uma escolha de rirem não apenas entre eles, como apresenta risos em todo o texto das linhas 1 a 11, e por ser uma transmissão ao vivo por rede social, fora exposto o motivo das risadas para o país inteiro. A ação é, nesse sentido, vexatória, humilhante para o outro, mulher trans e o homem cis que tiveram um encontro casual.

Nessa perspectiva, na categoria gênero a interação se apresenta de modo discriminatório, visto que houve no contexto a exposição de um acontecimento particular, que não permitiu e não houve uma reação diante da ação da Artista 1 e a Banda, limitando saber o posicionamento das pessoas ridicularizadas. Muito embora, diante da ação do comentário com fins vexatórios, está presente a reação apenas das pessoas presentes no evento, marcada por risos e ironia. Esse modo de agir na fala em análise, que consta na linha 5, “e aí eu não vou falar quem é não. E nem vou falar o porquê. Só vou ficar calada”.

Na segunda categoria analítica, discurso, segundo coloca Resende e Ramalho (2016, p. 51) “o significado representacional relaciona-se ao eixo do saber. Discursos, como maneiras particulares de representar aspectos do mundo, pressupõem controle sobre as coisas e conhecimento”. Identifica-se o discurso na fala transcrita, quando a representação de coisas e pessoas são comprometidas.

A mulher trans é representada no evento como anormal, estranha e ridícula. Diante disso, percebe-se algumas reações, a exemplo da presença marcante dos risos em todo o texto, traduzindo a ridicularização, logo, todas as falas proferidas com risos, como especificamente consta nas linhas 4, 6, 7 e 8, representam a mulher trans como ridícula. Ao tempo que, a percepção da mulher trans como estranha é possível com a representação nas linhas 2, 7 e 10. Ressalte-se ainda que o uso da expressão “vixe”, linhas 2 e 8, bem como a expressão “ê lasqueira!” reforçam a transexualidade como algo anormal.

Nesse mesmo sentido, na linha 7 consta que “ele disse que lá foi o lugar que ele beijou a mulher mais linda da vida dele”, sendo possível perceber que faz referência a uma mulher transexual; diante da menção irônica em ser a mais linda, e de modo subliminar, um adjetivo que imprime, pela ironia, uma característica distinta por trata-se de mulher sobre aquela condição de sexual, refletindo o modo como as pessoas trans são vistas. Em termo mais preciso, a escolha do adjetivo enfatiza um sentido de anormal e estranha da mulher transexual.

Quanto ao homem heterossexual, o mesmo é representado como enganado, como percebe-se na linha 5 “e aí eu não vou falar quem é não. E nem vou falar o porquê. Só vou ficar calada”. A artista 1 é contraditória quando menciona não querer envolvimento, nem conversas sobre o ocorrido, quando na verdade a mesma diz tudo, inclusive a cidade e o local.

Na linha 8, quando o artista menciona que “ele disse que lá foi o local que ele beijou a mulher mais linda da vida dele”, o homem cis é colocado no discurso como ridicularizado. O homem hetero é posicionado socialmente como normal, porém no evento está posto em uma situação anormal ao se relacionar com uma mulher trans.

Em consonância, tem-se o disposto nas linhas 5 e 6 “e aí eu não vou falar quem é não. E nem vou falar o porquê. Só vou ficar calada. Quem lembra da Boate Diesel, lembra da Boate Diesel”; “tô falando, o Henrique está querendo saber, mas não vai ficar sabendo não”. Discursos que demonstra o homem cis que se relaciona com uma mulher trans como um ser que fora enganado, diante do relacionamento ser inaceitável, de modo que, se a relação fosse aceitável, não haveria motivo para esse diálogo. Portanto, na categoria discurso, a relação é anormal e inaceitável, bem como é rejeitada a partir da ironia e da ridicularização. Assim, a forma discriminatória é posta pelos risos, e os sujeitos são rebaixados pela ironia – linha 1 a 10.

A estratégia de construção simbólica do homem como enganado e da mulher trans como anormal, estranha e ridícula, é estabelecida no texto pelo deslocamento e tropo, ou seja, uso da ironia, figuras de linguagem e expressões de risos, refletindo mais uma vez o modo de operação da ideologia do deslocamento.

A terceira e última categoria analítica, o estilo, é conceituada por Resende e Ramalho (2016, p. 51) como “significado identificacional relaciona-se ao eixo da ética. Estilos, maneiras de identificar a si e aos outros, pressupõem identidades sociais e individuais, ligadas às ‘relações consigo mesmo’, ao ‘sujeito moral’”. Nessa perspectiva, é possível visualizar os sujeitos cis heteros como normais, que podem ridicularizar e discriminar, situação presente em todas as linhas; enquanto os sujeitos não hetero cis normativo, como anormais e alvo de discriminação, quando na linha 10 tem-se “era mulher mesmo, porra”, tal afirmação na realidade visa dirimir a possibilidade de ser normal uma mulher trans.

A identificação como mulher não está vinculada ao órgão genital que possui, nem tão pouco deve ser dependente de uma cirurgia de redesignação sexual. Assim, segundo o texto em análise, uma mulher trans não poderá ser considerada normal como mulher cis. Essas condições estão relacionadas ao uso das roupas, modo de falar e se comportar, ou ainda correspondem a estereótipos de mulher na cultura ocidental, a mulher trans é posta então como anormal e vítima de discriminação. Logo, a categoria do estilo no texto em questão, como mulher trans em sujeito anormal é evidenciado pelo uso do palavrão “porra” na linha 10.

A ordem do discurso diante do evento aqui estudado, reflete um posicionamento de que pode rir e ridicularizar situações como essas. Da discriminação advém algumas reações que podem levar a violência de gênero no cotidiano brasileiro. Essa piada não é apenas uma piada, é um disparador de reações violentas. O rebaixamento coloca o indivíduo como alvo de piada. O homem hetero que envolve-se com uma mulher trans, e ao ser colocado como participante da narrativa da piada, poderá reagir das seguintes maneiras: confirmar o envolvimento na relação; afirmar a relação dizendo que era uma mulher cis, ou ainda, e mais recorrente, repelir a com violência contra a mulher trans.

Diante da ADC aqui posta, fez-se necessário compreender o contexto discursivo e o local que fora produzido, da mesma forma, considera-se essa prática discursiva envolvendo questões sociais historicamente construídas e deturpadas da comunidade LGBTI+.

A frase presente na linha 5 “só vou ficar calada! Quem lembra da Boate Disel, lembra da Boate Disel” sugere algo que só quem conhece a boate saberá sentido das colocações. Para compreender, tal parte do discurso é necessário fazer uso da técnica da ADC denominada Interdiscursividade. Segundo reportagem de Caio Miranda (2017) no site Curta Mais em Goiana, na boate Disel ocorrem as melhores baladas LGBT de Goiânia, para jovens e adultos de todos os gêneros.

A interdiscursividade supracitada ocorreu por emergir outros discursos dentro das falas aqui em análise, de modo a representar indivíduos, a maneira de agir e interagir dos mesmos. Essa leitura do discurso presente em um texto a partir da compreensão do discurso presente em outro texto é dita, pela ADC, interdiscursividade, visto que, segundo Norman Fairclough (2001) a análise do discurso serve para investigar, justamente, pequenos objetos em um discurso, como maneira de significar e organizar sentidos.

A perspectiva crítica da ADC compreende um instrumento semiótico de lutas de poder. Tal análise é antecedida pelo modo de operação da ideologia, diante de estratégias típicas de construção simbólica. Segundo Thompson (2002, p. 77), o discurso é “uma das formas de se assegurar temporariamente a hegemonia pela disseminação de uma representação particular de

mundo como se fosse a única possível e legítima”. Diante da transcrição das falas dos artistas de alta repercussão, os sentidos ideológicos na situação específica, estabelece e sustenta uma relação de dominação, de um lado a supremacia hetero em relação de dominação imperando sobre a comunidade LGBTI+.

O discurso pode gerar diferentes representações pelas relações intencionais. Segundo Resende e Ramalho (2016), os discursos são oriundos de ideologias dominantes, e por isso são carregados de memórias discursivas formadas por hegemonias.

A concepção de discurso afeta diretamente a análise. Em uma primeira perspectiva, os discursos são convenções que parecem naturais, porém são normatizadas por colonizações ideológicas, controlado por esse posicionamento. Há ainda a rede de troca discursiva, em que os sujeitos interagem dentro de ideologias discursivas do outro, mesclando ideologias diferentes.

Sobre o modo de operar essas ideologias, é possível identificar no discurso em análise a dissimulação, a qual “consiste em ocultar, negar ou obscurecer relações de dominação” (RAMALHO; RESENDE, 2011, p. 28). Percebe essa relação de dominação pelo uso do deslocamento adotado como estratégia de construção simbólica, fazendo uso do deslocamento contextual com referência diversa, agregando conotação negativa àquele relacionamento afetivo.

A ridicularização incorre não no que é dito, e sim pelo que não é ouvido em um primeiro plano. Utilização de expressões como na linha 2 “Vixe” e risadas excessivas, servem para interditar e rebaixar o que está sendo comunicado pelo discurso. Em uma primeira análise das falas, superficialmente não se identificam aspectos discriminatórios ou de aceitação, no entanto, ao debruçar sobre a operação da ideologia, é compreendido traços específicos do deslocamento como a estratégia utilizada na construção simbólica no discurso.

Diante dessas ideias e conceitos pontuados, permite fundamentar a ADC, a partir do instrumento ideológico, uma forma simbólica a serviço das relações de dominação, moldando/impregnando de sentido o simples fato do artista frequentar uma boate LGBTI+.

Nessa perspectiva, as pausas usadas durante a narrativa da situação, bem como os risos e expressões de escândalo, traduzem características e atribui sentidos às palavras daquele discurso, com a intenção de modalizar uma relação de dominação das pessoas heterossexuais sobre as pessoas em condição sexual diferente.

Dentre os objetivos da ordem do discurso na ADC, é estabelecer a relação entre a linguagem e sociedade, a partir dos efeitos de significados. Muitas vezes essas aceções não estão expressas, em consequência disso há o interdiscurso, uma vez que há sentidos implícitos

no discurso originalmente advindo de outros discursos. Segundo o entendimento do linguista francês Dominique Maingueneau (1986), o que deve ser analisado é exatamente o interdiscurso, pois este revela como a identidade se coloca a partir da relação com outras identidades, e em consequência disso emergem novos discursos, formando uma rede interdiscursiva.

A frase na linha 8 “Ê lasqueira! Vixe! Êêêêê! Foi com os dois pés, Papai. Tome!” Comunica algo negativo, compreendido dentro da operação ideológica da Dissimulação, pelas estratégias típicas do Deslocamento e Tropo, como as define Ramalho e Resende (2011). O Deslocamento acontece por meio de uso e termos que transmitem uma interdição. Ao tempo que o Tropo é o uso da figura de linguagem pela ironia. Ambas as estratégias configuram, no caso em apreço, as ferramentas para construção do discurso.

Esse modo de operação ideológica dissimulação, ao fazer uso do Tropo, é uma ferramenta utilizada para construir o discurso. As figuras de linguagens presentes na fala da linha 8, comunicam algo, é perceptível a ridicularização. Da ironia advém o questionamento: por que todo o discurso é dito com falas de risos? A resposta evidencia o fato do que é dito implicitamente, aparece no movimento da escolha das palavras, a violência de gênero.

A inversão de sentido permeia todo discurso, o deslocamento presente na fala na linha 7 “a mulher mais linda da vida dele” indica uma dissimulação, visto que o discurso é permeado por risos do início ao fim. Nada de ridículo é visto em primeira análise, no entanto, em uma leitura mais aprofundada, percebe-se que as expressões usadas intensificam a concepção de que não é lícito ter relacionamento afetivo com uma mulher trans.

Assim sendo, a fala permeada pelo uso da ironia, faz uso do sarcasmo para produção do discurso preconceituoso e de exclusão especificamente das pessoas transexuais, privando-lhe o direito de relacionar-se amorosamente, e materializando a fobia para com as pessoas sobre essa condição sexual.

No discurso considerado há, portanto, ideologias, culturas e relações de poder que incorporam um modelo de sociedade, a qual é excludente, fazendo imperar a soberania heterossexual, ocasionando uma legitimação de seus enunciados. Tais características presentes, traduzem o problema social da discriminação e preconceito.

POSICIONAMENTO SOCIAL DA MULHER TRANSEXUAL

O modo de pensar sobre o sexo e o gênero deixa de ser significante e passa a construir uma proposta de significado. Nessa perspectiva, as relações sociais imprimem um modo de pensar e agir de maneira a atender um regime de heterossexualidade obrigatória, nesse sentido, é pertinente a compreensão do que vem a ser enquadramento social, observando, por exemplo,

a divisão dos espaços, das configurações sociais, bem como a divulgação constituída e reforçada da instituição dos gêneros: feminino e masculino. O enquadramento na Teoria de Goffman, neste estudo, é um equivalente teórico para os processos de posicionamento na Teoria de Fairclough.

Primeiramente é necessário compreender o que de fato o enquadramento social, nas palavras de Mauro P. Porto:

Goffman define enquadramentos como os princípios de organização que governam os eventos sociais e nosso envolvimento nestes eventos. Segundo o autor, tendemos a perceber os eventos e situações de acordo com enquadramentos que nos permitem responder à pergunta: “O que está ocorrendo aqui?”. Neste enfoque, enquadramentos são entendidos como macros interpretativos mais gerais, construídos socialmente, que permitem às pessoas dar sentido aos eventos e às situações sociais. (PORTO, 2004, p. 78).

Percebe-se que enquadramentos sociais são ferramentas de domínio e poder, visto que interferem diretamente na compreensão da realidade social ou apreensão deturpada da realidade social diante de práticas corriqueiras e específicas de seleção, exclusão ou ênfase em determinadas apresentações dos fatos sociais.

É necessário escutar o discurso da dificuldade de inserção social dos transexuais diante da imposição do binarismo de gênero. E para tanto é de extrema importância a desconstrução e desnaturalização dos estereótipos de gêneros, apresentando novas possibilidades de pensar os corpos. Nessa perspectiva, é trazida a definição de enquadramento como: “conjunto de princípios de organização que governam acontecimentos sociais e nosso envolvimento subjetivo neles” (GOFFMAN, 1986, p. 11)

Discorrer sobre a imposição social de gênero é "vincular comportamento ao sexo, gênero à genitália, definindo o feminino pela presença de vagina e o masculino pelo pênis, remonta ao século XIX, quando o sexo passou a conter a verdade última de nós mesmos" (FOUCAULT, 1988, p. 65).

Sobre tais representações do feminino e masculino, bem como os papéis a eles atribuídos a autora Roberta Siqueira Mocaiber Dieguez (2016) pontua:

Diversas áreas do conhecimento têm tentado explicar o fenômeno da transexualidade. A maioria dos estudos aqui abordados, no entanto, preserva a ideia de uma normalização binária, de que o sexo biológico é determinante para a identidade de gênero, e de que existem somente dois gêneros pré-definidos, que são responsáveis por inúmeras características que devem ser seguidas pelos indivíduos. Os sujeitos só se tornam inteligíveis na sociedade a partir de sua identificação com um gênero, masculino ou feminino. Sendo assim, os transexuais, fugindo a essa lógica do binarismo de gênero, se veem pertencentes a um não lugar social, o que faz com que tarefas simples do dia a dia, como frequentar um banheiro público, se tornem uma dificuldade. Esses sujeitos não se encaixam na lógica dos gêneros, o que faz com que, muitas vezes busquem realizar intervenções, adequando seus corpos e

Assim, é de suma importância compreender que, os gêneros são preponderantemente um discurso formulado pelas relações sociais, discursos esses que enquadram funções, e, por conseguinte caracteriza os gêneros, e não abarcam todos, inclusive os transexuais, transgêneros e travestis que não se encaixam nesse discurso preestabelecido, conduzindo-os assim a estarem sempre à margem ou patologizados, sendo considerados como seres desviantes da “normalidade”.

A partir das falas analisadas a teoria da Análise do Discurso Crítica no presente trabalho, é possível levantar questionamentos não somente acerca do posicionamento social, mas da compreensão social que cerca os indivíduos que se identificam como transexual. No presente estudo em específico, a mulher trans é inserida em uma posição de anormal, estranha e ridícula, o que irá afetar seu sentimento identitário de mulher e suas relações interpessoais. Ao inserirem a mulher trans nesse papel marginalizado, é posicionado em alvo de julgamento toda pessoa que se relaciona com ela, e aquele que antes não via problemas naquela relação passa a adotar comportamentos de defesa.

Acrescenta-se que setorizar os gêneros é uma forma de exclusão de grupos, assim, para homogeneizar e permitir atender algo simples como os direitos humanos, sem divisão, separação, distinção. Reconhece-los, portanto, com o ser humanos que são.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto define-se mulher trans através dos olhos cisgênero, se afirma um posicionamento hierarquizante que não reconhece o direito a igualdade. Ao contrário, promove a discriminação. O gênero, enquanto ferramenta analítica surgiu quando, na chamada Primeira Onda Feminista, as mulheres começaram a questionar o seu papel na sociedade e os seus direitos. Esse questionamento refutava as desigualdades.

Todavia, esses processos se restringiram a experiência da mulher cisgênero branca sobre o homem cisgênero branco, deixando de lado as mulheres negras, lésbicas, trans etc. Sendo assim, nem mulheres negras e principalmente mulheres trans (que viria a ser definido mais tarde), tinham lugar de discussão nessa sociedade patriarcal branca e cis. Essa forma de definir gênero é uma maneira de supremacia machista, onde coloca o homem branco cisgênero acima de tudo e todos, mantendo sua hegemonia.

Nestes termos, a Análise do Discurso Crítica aqui posta permitiu a compreensão de como o discurso da pessoa cisgênero promove o posicionamento social da mulher trans,

verificando assim um alarmante contraponto à promoção da igualdade e a estar livre de todas as formas de discriminação. Tal posicionamento permite a reflexão de que elas/es são titulares de respeito e seus direitos são tutelados pela Constituição Federal de 1988, muito embora, cotidianamente extingue-se a promoção da igualdade e a dignidade da pessoa humana para as mulheres transexuais.

Nos termos da análise do discurso aqui posto, fora evidenciado ato discriminatório e de estereótipos sociais das mulheres trans. O comentário proferido pelo artista sertanejo, ícone de influência, ocasionou repercussão em redes sociais, de modo que o mesmo se retratou, inclusive cedeu espaço para fala de mulher trans em seus canais de comunicação.

A retratação do artista esteve alicerçada no fato de que o discurso da pessoa cisgênero sobre a mulher transexual, além de evidenciar discriminação e acepção social, causa dor à comunidade que vive às margens de ironias e piadas sobre a sua condição sexual. Situações como essas permitem além da empatia, o aprendizado e repercussão de debates de conscientização, de forma a minimizar práticas transfóbicas e promover o acesso a práticas de não discriminação.

Princípios éticos e Constitucionalmente garantidos que encaminhou na presente pesquisa a discussão do conceito de gênero ao empoderamento, requerendo-se implicitamente a promoção e dos direitos a todas e todos, independentemente de sexualidades ou identidades de gênero; em outras palavras, pretendeu-se a conscientização da igualdade, não formas de discriminação e não enquadramento social para pessoa transexual.

Ao definir esses gêneros automaticamente se insere sobre eles os seus predicados. No caso da mulher, a subjugação perante o homem, que comumente é branco cisgênero, e que luta para manter seus privilégios. No caso da mulher trans, o hiato é ainda maior, por mais avanço que se tenha feito, incide sobre elas a patologia, o corpo “estranho” que jamais as colocará em pé de igualdade com o outro.

É, portanto, urgente a necessidade de discutir como o posicionamento social promove a discriminação das pessoas transexuais, modulando-as em uma patologia, as posicionando às margens da sociedade e burilando-lhes o direito de estabelecerem relacionamentos afetivos, o que afeta diretamente a integridade íntima delas/deles em vez de reconhecer sua identidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Associação Nacional de Travestis e Transexuais**. Disponível em: <https://antrabrazil.org/category/violencia/>. Acesso em: 15 Nov. 2020.

BRASIL. **Resolução nº 11 de 18 de dezembro de 2014.** Disponível em <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-011>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

BRASIL. **Resolução nº 12 de 16 de janeiro de 2015.** Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/acao-a-informacao/participacao-social/old/cncd-lgbt/resolucoes/resolucao-012>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

BRASIL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4275.** Relator: Min. Marco Aurélio Mello. Brasília: Supremo Tribunal Federal, 1 mar. 2018. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/noticiaNoticiaStf/anexo/ADI4.275VotoEF.pdf>. Acesso em: 18 de julho de 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 15 Nov. 2020.

BRASIL, Supremo Tribunal Federal. **Diversidade.** Brasília-DF: Livraria do Supremo, 2020. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoTematica/anexo/diversidade.pdf>. Acesso em: 15 Nov. 2020.

CÔRTEZ, Ana de Mello. **Discriminação judicial por identidade de gênero: um diagnóstico.** Rev. Direito Práx., Rio de Janeiro, Vol. 10, N. 1, 2019, p. 101-128.

CRESWELL, J.W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto.** 2.ed. São Paulo, SP: Artmed Editora, 2007.

DIAGUEZ, Roberta Siqueira Macaiber. **A mulher transexual no discurso contemporâneo.** Periódico do Departamento de Direitos Humanos e Saúde Curso de pós-graduação Lato Sensu em Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos. Rio de Janeiro, Demetra, 2016.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e Mudança Social.** Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhom Albuquerque. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FIRMINO, Flávio Henrique; PORCHAT, Patrícia. **Feminismo, identidade e gênero em Judith Butler: apontamento a partir de “problemas de gênero”.** Dora: Ver. Bras. Educ., Araraquara, v.19, n.1, p. 51-61, jan./jun.2017.

FIGUEIREDO, Eurídice. **Desfazendo o gênero: a teoria queer de Judith Butler.** Criação & Crítica. Revistas da USP. São Paulo. n.20, 2018. p. 40-55.

GOFFMAN, Erving. **Interaction ritual: essas on face-to-face behavior.** Nova York, Pantheon Books, 1967.

JESUS, Jaqueline Gomes. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos**. 2 ed. Brasília, 2002.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas 2003.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. 6 ed. Petropolis: Editora Vozes: 2003.

MAINGUENEAU, Dominique. **Éléments de linguistique pour le texte littéraire**. Paris: Bordas, 1986.

MARÍLIA Mendonça comete Transfobia em Live. YOUTUBE, 2020. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=aBHcUlibUrU>>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

MIRANDA, Caio. **Uma das baladas LGBT mais tradicionais da história de Goiana está de volta**. Curta Mais, 2017. Disponível em: <<https://www.curtamais.com.br/goiania/uma-das-baladas-lgbt-mais-tradicionais-da-historia-de-goiania-esta-de-volta>>. Acesso em: 29 de novembro de 2020.

PORTO, P. Mauro. **Enquadramentos da mídia e política**. In: RUBIM, A.A.C. (org.). Comunicação e política: conceitos e abordagens. Salvador: EDUFBA/ UNESP. p. 74-104, 2004

RAMALHO, Viviane. RESENDE, Viviane de Melo. **Análise de discurso (para a) crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2011.

ROCON, Pablo Cardozo; SODRÉ, Francis; RODRIGUES, Alexandro; BARROS, Maria Elizabeth Barros de; PINTO, Getulio Sérgio Souza; ROSEIRO, Maria Carolina Fonseca Barbosa. **Vidas após a cirurgia de redesignação sexual: sentidos produzidos para gênero e transexualidade**. Ciência e Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 25, n.6, 2020.

ROCHA, Cássio Bruno Araujo. **Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler**. Campinas, SP: Cad. Pagu, n. 43, 2014.

SOUSA, Tuanny Soeiro. **Retificando o gênero ou ratificando a norma?** Revista Direito GV, v. 15, n. 2, 2019, e1920.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. Petrópolis: Vozes, 2002.